CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:O BERÇO DA HUMANIDADE E AS MÃOS QUE BALANÇAM O BERÇO

Débora Magalhães de Souza França[1]

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um desdobramento da pesquisa de dissertação de mestrado *"Direito à Flor da Pele: estudo de caso sobre o ensino de literatura afro-brasileira no Colégio Estadual Abdias Nascimento do município de Nova Iguaçu/RJ"* (2015). Apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/UERJ). Tem como objetivo principal refletir acerca da formação docente para o ensino das relações étnico-raciais, com enfoque na educação e na promoção de uma educação antirracista. Entende-se por uma educação antirracista aquela que leva em consideração o contexto étnico-social do educando, abarcando em sua prática as múltiplas culturas e identidades existentes no ambiente escolar.

De acordo com Cavalleiro (2003), uma educação antirracista deve compreender sete elementos estruturais, que são: 1) o currículo escolar; 2) o material didático; 3) a formação docente; 4) a minimização do problema racial; 5) o universo semântico; 6) a distribuição desigual de afeto e estímulo; 7) e a negação da diversidade racial na composição da equipe de profissionais da escola. Desta forma, nos propomos a pensar estratégias que favoreçam o processo de aprendizagem baseado na promoção da igualdade racial em nossos espaços educativos. Ao realizar este movimento, nos debruçamos neste artigo, sobre a formação docente e a preparação do espaço na educação infantil.

[1] Mestre em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas – FEBF/UERJ. Professora de educação Infantil na UMEI Rosalda Paim - Município de Niterói/RJ. E-mail: dbrdszfrn@gmail.com.

TEM UM GRIÔ NA NOSSA RODINHA: IDENTIFICAÇÃO PARA ALÉM DA IDENTIDADE EA FORMAÇÃO DOCENTE PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A educação infantil é um universo que adota como um de seus eixos principais a interação. Ela ocorre entre adultos e crianças na relação professor-aluno. O professor é uma figura de referência para essa criança, e, em muitas realidades, um dos únicos agentes transmissor de afetividade. O seu currículo e a maneira como conduzi-lo em sala perpassa por sua identificação com a temática abordada. Para além dos apontamentos legais, "se" e "de que maneira" o professor irá tratar a temática racial em sua sala de aula depende exclusivamente de sua intenção e vontade, além de abrigar resquícios de sua própria formação e visão de mundo. Para o professor da educação infantil que exercita a sua escuta atenta, a temática racial aparece de forma sutil ou escancarada em falas cotidianas de seus alunos. Caberá ao docente buscar estratégias para trabalhar este tema.

O primeiro passo é uma autoanálise. Se partirmos do pressuposto que estamos inseridos em uma sociedade racista, então reproduzimos falas, pensamentos e atitudes deste sistema sem nem ao menos perceber. Seja ao enxergar os cabelos crespos de determinada criança como um sinal de desleixo e, pouco a pouco, deixar de fazer carinho ou penteá-lo de forma adequada, seja em projetar na criança branca uma imagem de obediência e bom comportamento enquanto a criança negra é vista como rebelde e preguiçosa. Ou, ainda, por se negar a tratar com igualdade as realidades culturais e religiosas, reproduzindo a visão preconceituosa da sociedade sobre as religiões de matriz africana. São inúmeras as situações em que nos vemos a mercê de nossas próprias limitações, enquanto seres sociais, e que impactam de forma significativa a experiência educativa da criança em uma fase tão importante como a da educação infantil, afinal:

> Educar, respeitando as diferenças, requer mais do que o cumprimento

> das obrigações curriculares, exige uma postura ética e valorativa diante da cultura dos afrodescendentes, que continuam sofrendo discriminações nos espaços escolares. (ONOFRE, 2008, p.104)

É importante ressaltar que, pensar uma pedagogia antirracista não é, de modo algum, privilegiar crianças negras, mas sim contribuir para a formação de uma sociedade em que o racismo seja banido, e a igualdade racial seja um privilégio de todos.

O programa Ação Griô Nacional, coordenado pela educadora Lílian Pacheco, na cidade de Lençóis, na Bahia, tem como um de seus princípios o reconhecimento de uma pedagogia de tradição oral que propõe fortalecer a identidade e ancestralidade dos brasileiros. No estabelecimento desta linha pedagógica na qual se desenvolve uma proposta baseada na transmissão oral do conhecimento há uma articulação muito possível e característica da educação infantil. Um exemplo de possibilidade.

NO TERRENO E NO TERREIRO DAS IDEIAS: PENSANDO UM ESPAÇO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Concebemos o espaço na educação infantil como um terceiro educador. Ele é recheado de significados e intenções que auxiliam e preenchem o processo de ensino-aprendizagem. Não se trata de um ambiente neutro, mas sim de extrema relevância para as práticas docente e discente. Ele deve ser atrativo, deve conversar com o currículo e com a nossa abordagem pedagógica. Levando em conta esses pressupostos, como então pensar um espaço antirracista? A resposta é e não é simples: da mesma forma que pensamos um espaço que contribua para uma construção coletiva da aprendizagem, levando em consideração as peculiaridades de cada aluno e, ao mesmo tempo, a interação entre as crianças. O diferencial será o exercício de nos despir dos pré-conceitos e das armadilhas que nos impõe um sistema social racista. É uma constante reflexão e disponibilidade por parte do docente, que traz consigo sua própria bagagem cultural e formativa. Não são poucos os casos de professores que se recusam a utilizar elementos da

cultura africana e afro-brasileira em suas salas de aula por "temer" abordar a temática religiosa, em uma demonstração de pura discriminação racial. Admitem, em seu cotidiano e de seus alunos, outras culturas politeístas como a grega e a nórdica ao passo que demonizam as religiões de matriz africana. O que se camufla de defesa de uma fé judaico-cristã que é base de nossa sociedade, na verdade revela apenas um braço do racismo velado que nos assombra. Enquanto este pensamento arcaico nos domina, deixamos de usufruir de objetos tão preciosos que poderiam compor, com mais riqueza e pluralidade, os nossos espaços. Como não pensar na maravilha de se explorar uma caixa de instrumentos musicais de origem africana como o agogô, reco-reco, berimbau, cabaça, dentre outros?

As bonecas de pano e as abayomis, além do fortalecimento da representatividade e da autoestima da criança negra, auxiliam no resgate histórico contido em sua origem. Proporcionam afetividade e promovem a identificação com a figura do negro como algo familiar. E o que dizer sobre os objetos como a peneira de grãos, os tecidos de estampas tribais, as sementes, as conchas e búzios no ensino da matemática, a rica e extensa literatura contendo a explicação sobre a criação do mundo na perspectiva de diferentes culturas africanas. É um universo tão vasto a explorar e a implementar em nossos espaços, a fim de promover uma educação com maior equidade e valorização de uma cultura que também é nossa. E se o canto da leitura fosse ao pé de uma baobá? E se as histórias surgissem do baú de Ananse? Enriquecer desta forma nossos espaços também é uma maneira de nos empoderar. Não para apenas cumprir a legislação que nos direciona a abordar a temática, mas para que contribuamos com a construção de uma sociedade melhor.

CONSIDERAÇÕES

As Leis n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e n. 11.645, de 10 de março de 2008 trouxeram um direcionamento acerca da implementação da cultura

africana e afro-brasileira na educação básica. Entretanto, esta prática perpassa a experiência formativa dos educadores. É de suma importância a identificação com o tema e a valorização de uma educação para a promoção da igualdade racial.

O presente artigo se propôs a refletir acerca desta prática e de que forma ela contrasta com nossa formação social, cultural e acadêmica, tendo em vista que somos parte de uma sociedade estruturalmente racista. Racismo este que, em grande parte, ocorre de forma velada, tendo em vista nosso mito fundador baseado na reunião das três raças - branca, negra e indígena – que nos levou a acreditar que essa junção se deu de forma harmoniosa, estabelecendo o mito da democracia racial. Entretanto, no campo das relações de poder, incluindo o âmbito educacional, a desigualdade continua sendo apontada nos documentos oficiais.

Além da formação docente, também nos dedicamos a pensar sobre o espaço transformado em terceiro educador e como ele pode contribuir na educação para as relações étnico-raciais na educação infantil. Uma escuta atenta no exercício da docência, aliada à sensibilidade ao pensar as diferentes realidades pode ser o divisor de águas no combate a males tão nocivos à sociedade e tão historicamente enraizados, como é o caso do racismo estrutural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília.

_____. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao fracasso escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FRANÇA, D. S. **Direito à Flor da Pele**: estudo de caso sobre o ensino de literatura afro-brasileira no Colégio Estadual Abdias Nascimento do município

de Nova Iguaçu/RJ. 2015. 87f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2015.

ONOFRE, J. A. Repensando a questão curricular: caminho para uma educação antirracista. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 4, n.4, p. 103-122,jan./jun.2008.